

APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DO PALMITO JUÇARA (*Euterpe edulis martius*) PELOS ÍNDIOS GUARANIS DO RIBEIRÃO SILVEIRA, LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

LEONARDO GOUVÊA PORTO ALEGRE, JORGE LUIS DOS SANTOS

Universidade Santa Cecília, UNISANTA.

RESUMO

Este artigo visa colaborar com a preservação da tradição e costume da cultura indígena e apresentar o seu relacionamento com o palmito juçara, espécie muito explorada pelas comunidades, tanto para a alimentação, como para um meio de geração de renda. Através de uma análise do Projeto Jeju – Fortaleza do Palmito Juçara, estabelecido na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião, projeto este elaborado pelos próprios índios Guaranis da Terra Indígena do Ribeirão Silveira, como forma de manter e conservar a espécie do palmito juçara. Avaliamos o impacto do projeto na comunidade, e realizamos um comparativo sobre um antes e depois da execução do Projeto Jeju para o povoado das Terras Indígenas do Ribeirão Silveira, nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental. Para o desenvolvimento deste artigo foram feitas visitas de campo a aldeia, entrevistas com os principais líderes do projeto e também foi realizado um levantamento literário sobre as tradições indígenas locais e sobre a espécie de palmeira Juçara (*Euterpe edulis martius*).

Palavra-chave: Índios Guaranis; Palmito-Juçara; Projeto Jeju.

1. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica atualmente possui cerca de apenas 7% de sua floresta original, o que representa 100.000 km², muito diferente da época anterior à colonização, quando apenas os índios ocupavam e exploravam os recursos naturais que chegavam num total de 1.300.000 km² (MAY, 2008). Antes de 1500, eram entre 1 a 10 milhões o número de índios, que falavam cerca de 1.300 línguas diferentes espalhados por todo o território brasileiro (FUNAI, 2011). Não é possível uma precisão maior da quantidade de índios antes da colonização, devido à falta de dados históricos. No censo de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), a população indígena foi a que teve a maior taxa de crescimento populacional nas categorias de raça e cor, que chegou a uma estimativa de cerca de 800.000 índios (0,4% dos brasileiros). (Tabela 1)

Para amenizar o impacto do desequilíbrio ambiental causado pelo homem branco, que atingi principalmente as comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais, como os indígenas, estes como forma de compensação pela escassez de produtos gerados pela floresta e para obtenção de outros itens necessários para a sobrevivência, possuem poucas alternativas, sendo uma delas, vender produtos artesanais e também o palmito juçara (*Euterpe edulis martius*), na beira das estradas, fato muito comum no litoral do estado de SP, que hoje conta com 27 terras indígenas por todo o litoral do estado até a divisa com

Angra dos Reis no Rio de Janeiro, índios das etnias guarani e tupi-guarani. (ALVIM, 2010).

O Brasil possui uma das maiores variedades de palmeiras do mundo e a palmeira Juçara se destaca no setor de alimentos, pelo sabor do seu palmito que é muito apreciado. Sua distribuição original ocorre do sul da Bahia até Misiones na Argentina. Também há registros da juçara em brejos próximos ao Distrito Federal (AMBIENTE BRASIL).

Segundo Reis (2003), o palmito Juçara é um dos recursos naturais não-madeireiro mais lucrativo da Mata Atlântica, devido a sua abundância, a forte demanda pelo palmito e a facilidade inicial de extração e do seu processamento, impulsionaram rapidamente a exploração em larga escala do palmito em conserva, na década de 30. Através de depoimentos de palmiteiros e empresários, um homem, com bastante experiência, pode cortar e transportar em um dia até 200 plantas.

Atualmente o palmito é enviado para o mundo todo, muito consumido no mercado nacional, Estados Unidos e Europa, com uma produção de 30.000 toneladas por ano (PEREIRA, 2000).

Suas características o tornam fundamental para o equilíbrio da floresta e também como item de subsistência para diversas comunidades, como por exemplo, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no qual foi pesquisada a sua relação com o palmito Juçara por Barroso et al. (2010).

A importância da conservação dessa espécie de palmeira está relacionada também ao período da

sua frutificação. Por ocorrer no inverno, quando a maioria das outras árvores está sob estresse hídrico devido ao período seco, é definida como recurso-chave na Mata Atlântica (LAPS, 1996).

É fundamental para a biodiversidade e a preservação de diversas espécies de aves e animais que se alimentam desta palmeira, como por exemplo: tucano, saripoca, jacutinga, Jacucaca, jacuguaçu, sabiás (amarelo, branco, coleirinha, laranjeira), araponga, tucaninhos-de-bico-rajado, pavão, surucuá-peito amarelo, surucuá-peito vermelho, Pixarro, Piriquito, chama-chuva, macuco e também, cateto, paca, cotia, porco do mato, veado, caxinguelê (esquilo), porco doméstico, quati, macaco, anta, rato, raposa, tamanduá, serelepe, gambá e lagarto (BARROSO et al, 2010).

O modo de dispersão primária da palmeira Juçara é feita pelos animais que se alimentam dos frutos nos cachos e a secundária, pelos animais que se alimentam dos frutos do solo (REIS, 1995).

Sua preservação significa a presença desses animais que se encarregam de disseminar as sementes dos alimentos consumidos para diversos pontos da floresta, garantindo o desenvolvimento de novas espécies e assim fornecendo também uma maior fonte de alimentos para as comunidades, principalmente a indígena que tem a caça e a colheita, como uma das principais atividades para a sobrevivência de seu povo.

A forte exploração predatória e ilegal do palmito Juçara continua até os dias de hoje, sendo por

isso classificada como espécie ameaçada de extinção, segundo a legislação ambiental brasileira.

Considerando o contexto acima descrito, levantamentos sobre aspectos do palmito são importantes para o equilíbrio da Mata Atlântica e também para manter a tradição e costumes da cultura indígena e registrar aqui, a sua luta na conservação dos recursos naturais, em especial a preservação do palmito Juçara. Para isso, pesquisamos sobre as práticas do manejo sustentável utilizado no cultivo do palmito e no seu reflorestamento para minimizar o impacto causado pela exploração predatória realizada durante anos sem planejamento, aumentando assim a sua quantidade nas terras indígenas e ajudando o equilíbrio da biodiversidade com a preservação do palmito juçara.

Este artigo visa colaborar com a preservação da tradição e costume da cultura indígena e apresentar o seu relacionamento com o palmito juçara, espécie muito explorada pelas comunidades, tanto para a alimentação, como para um meio de geração de renda. Através de uma análise do Projeto Jeju – Fortaleza do Palmito Juçara, estabelecido na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião, projeto este elaborado pelos próprios índios Guarani da Terra Indígena do Ribeirão Silveira, como forma de manter e conservar a espécie do palmito juçara.

Avaliar o impacto do projeto na comunidade, e realizar um comparativo sobre um antes e depois da execução do Projeto Jeju para o povoado das Terras Indígenas do Ribeirão Silveira, nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental.

Tabela 1: Distribuição da população indígena atualmente

Distribuição da população indígena no Brasil			
Número de índios	Número de etnias	Línguas faladas	Percentual em relação à população brasileira
800.000	215	180	0,4%

Fonte: (IBGE, 2010).

2. Metodologia

Como metodologia foram feitas visitas na aldeia indígena e realizadas entrevistas com os principais líderes do projeto Jeju. Foi também feito um levantamento literário sobre as tradições indígenas e sobre a espécie *Euterpe edulis martius*, o palmito Juçara.

As visitas as Terras Indígenas do Ribeirão Silveira aconteceram nos meses de setembro e outubro. Lá foram realizadas entrevistas com os diversos moradores da aldeia e os principais líderes do Projeto Jeju, conhecedores das matas de suas aldeias e da importância da espécie Juçara para a sua floresta e consequentemente para toda a sua comunidade. Também contamos com a colaboração da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Junto com as visitas de campo, foram feitos levantamentos de literaturas específicas sobre o Projeto Jeju, que reforçam os relatos dados pelos principais envolvidos no projeto sobre o planejamento, a implantação do projeto e as principais dificuldades iniciais, sendo estas literaturas, a base para os relatos mais exclusivos, obtidos nas nossas visitas, com uma reflexão mais atual sobre todos estes anos passados, o que se conquistou e o que ainda se pretende conquistar

em termos de projetos para melhorar cada vez mais a vida de toda a comunidade do Ribeirão Silveira.

3. Desenvolvimento

3.1 Características da área de estudo

A Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira está localizada na divisa dos municípios de Bertioga e de São Sebastião, litoral norte de São Paulo (FIGURA-1).

De acordo com Alvim (2010) com área territorial de 8.500 hectares (em processo de demarcação física e homologação), é habitada por 85 (oitenta e cinco) famílias num total de 370 (trezentos e setenta) pessoas, sendo que 65% desta população está situada na faixa de 0 a 15 anos. Apresenta hoje uma taxa de mortalidade de zero por cento, e um crescimento vegetativo da ordem de 6,5%. Dados esses consideravelmente variáveis devido à cultura e o modo de vida indígena, com constantes deslocamentos dos índios entre as tribos.

3.2 Histórico do Projeto Jeju

A história do Projeto Jeju começa com a própria percepção dos índios Guaranis do Ribeirão Silveira na escassez do palmito Juçara em suas terras. Vale ressaltar mais uma vez, que o palmito é fonte de alimentação e renda para toda a aldeia. No relato de Vando Karai, um dos pioneiros do projeto, "começou a precisar andar oito, muitas vezes até 10 quilômetros para achar uma boa palmeira para o corte, era um desperdício derrubar uma palmeira enorme, que já estava sumindo na mata, e ainda tendo que ficar dois dias na beira da estrada pra conseguir vender os toletes de palmito a R\$10,00 quando muito."

Foi dele, ao perceber que vários outros vizinhos também estavam notando a diminuição evidente da palmeira Juçara e sabendo de sua grande importância para todos, que partiram as primeiras iniciativas no esforço de preservar esta espécie. De uma maneira muito simples, foi construído um viveiro, e assim começaram a coletar mudas e germinar as sementes. De certa forma foi esse o principal motivo que incentivou outros moradores a se interessarem no assunto e a seguir os conselhos dos envolvidos no projeto, apesar de terem deixado bem claro em nossa entrevista, que o envolvimento da maioria dos homens da aldeia no Projeto, realmente comprometidos com a causa, foi a maior dificuldade inicial. "Tinham poucos envolvidos interessados de verdade no projeto, a maior parte do pessoal ficou observando e só começaram a participar ao verem que estava tudo dando certo.", relata Vando Karai, um dos pioneiros do Projeto Jeju.

A segunda iniciativa dos Guaranis, foi feito através do contato com a Casa da Agricultura de São Sebastião para receberem maiores orientações a respeito da elaboração do Projeto e para qualquer tipo de colaboração para este fim. Lá, foram orientados a não só cultivar o palmito juçara (*Euterpe edulis m.*) como também outros tipos de palmeiras como o palmito pupunha (*Bactris gasipaes*), o palmito açai (*Euterpe oleracea*) e o palmito-híbrido (*Euterpe edulis x Euterpe oleracea*). Como forma de recompensa pela iniciativa indígena, um engenheiro agrônomo doou 300 mudas de palmito pupunha como incentivo para dar início ao cultivo, já com uma boa produção (LOTTA *et al.*, 2003).

A partir deste impulso inicial o desenvolvimento do projeto aumentou de velocidade, segundo os envolvidos, a participação da comunidade melhorou muito, sendo possível ver o cultivo das palmeiras pelas famílias aos arredores de suas casas praticamente por todos os moradores.

O viveiro funciona de maneira bem simples, começando com a coleta das sementes na mata e plantadas em sementeiras no viveiro. Após seis meses, ao atingirem 20 cm, são doadas, vendidas ou transferidas para os canteiros. Desde o início do Projeto, cada comunidade da aldeia recebeu entre 500 e mil mudas. (LOTTA *et al.*, 2003).

Com a produção cada vez maior de mudas de palmitos, foi possível espalhar esta iniciativa para outras comunidades guaranis do estado de SP, sendo elas as aldeias de Barragens e Krucutu, ambas na

grande São Paulo e já com maiores expectativas no contato com outras aldeias.

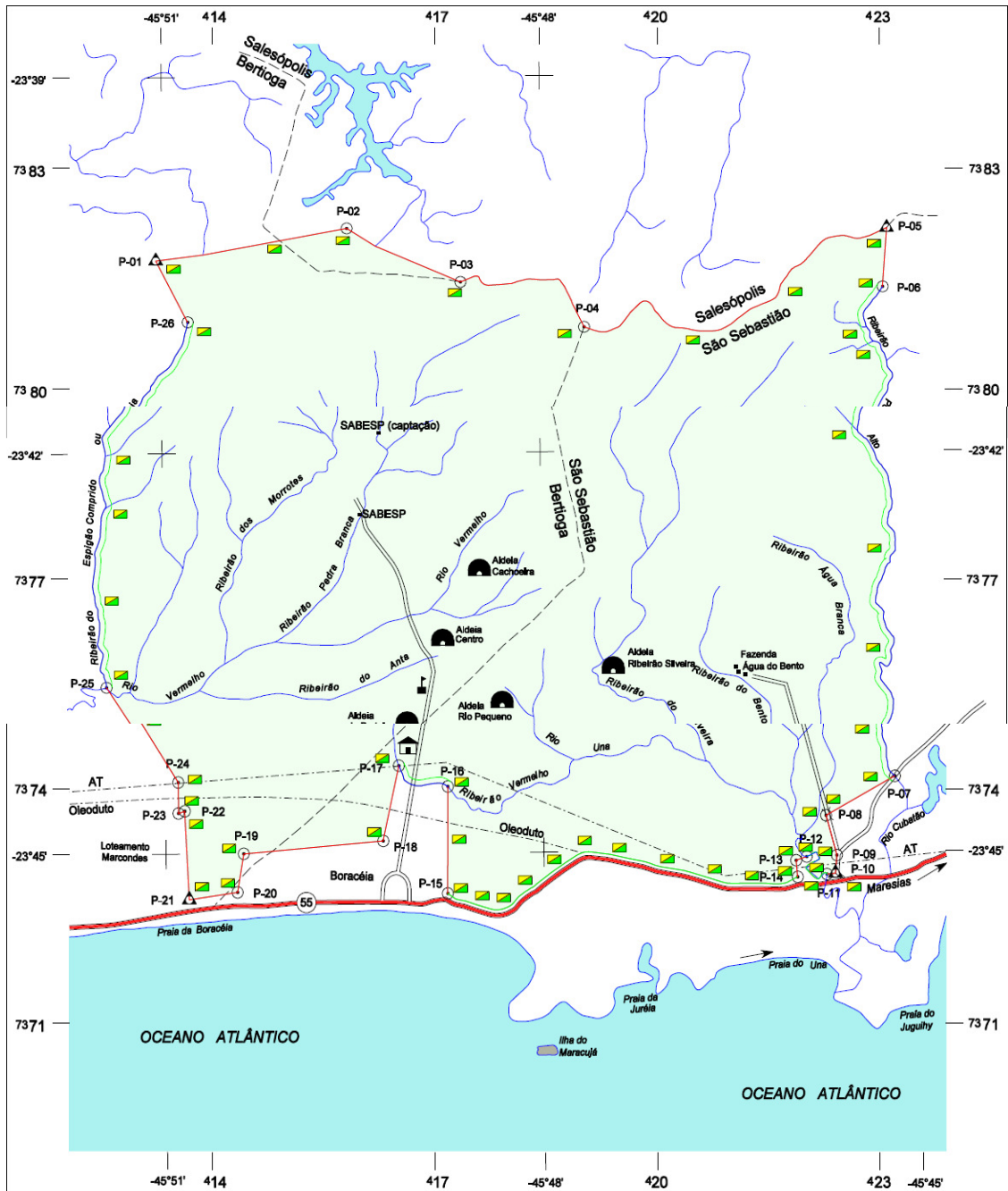
Na data 03.09.1997 foi criada a Associação Comunitária Indígena Tjeru Mirim Ba'e Kuaa'I (Nosso Pequeno Pai Sábio) para facilitar ainda mais a relação da comunidade indígena com outras entidades da sociedade, tendo assim uma melhor articulação até mesmo burocrática. Contando também com o auxílio da FUNAI começaram a receber apoio das Prefeituras de São Sebastião e Bertioga, que passaram a comprar parte da produção dos palmitos para reflorestar áreas degradadas de seus municípios, além de doar saquinhos para as sementeiras do viveiro. O relacionamento com as prefeituras aumentou muito com a diversificação dos guaranis no cultivo também de plantas ornamentais, como helicônia e bastão-do-imperador, muito usadas em projetos paisagísticos no litoral.

Outro exemplo de colaboração vem através de um juiz de Bertioga que nos casos de extração ilegal de palmito Juçara, exige como forma de cumprimento da pena, uma visita do infrator aos viveiros da aldeia e aos espaços de cultivo das palmeiras, acompanhado do juiz, que determina para cada palmito juçara extraído ilegalmente ser necessária a compra de 400 mudas de juçara, com a intenção de assim, incentivar o infrator a mudar de atitude ao observar o esforço da comunidade na conservação da espécie (LOTTA *et al.*, 2003).

Os próprios índios relataram uma grande facilidade na obtenção de financiamento e apoio por parte de diversas instituições federais, estaduais e municipais. Além do destaque em 2002 com o Prêmio Gestão de Cidadania, que recebeu o valor de R\$ 20 mil em reconhecimento pela preservação do Meio Ambiente, ficando entre os cinco primeiros premiados, concorrendo com aproximadamente 900 projetos, de diferentes temas dentro do contexto de preservação ambiental, provenientes de diversos lugares do país.

Em 2006, a Associação Comunitária Indígena Guarani Tjeru Mirim Ba'e Kuaa'I desta Terra Indígena Ribeirão Silveira, com o apoio da CEPISP (Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) São Sebastião/Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, celebrou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), objetivando fornecer assistência técnica para a elaboração de um plano de manejo de rendimento sustentado de palmito Juçara (*Euterpe edulis*) e capacitar representantes indígenas para viabilizar a implantação do plano de manejo sustentável. (ALVIM, 2010).

O projeto contou também com a participação dos diversos órgãos e entidades ambientais: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais); Instituto Florestal de São Paulo; Prefeitura do Município de Bertioga/SP; Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP; FUNAI/Posto Indígena Rio Silveira/AER Bauru-SP; Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; CATI de São Sebastião; CEPISP (Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo). (ALVIM, 2010).



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
 - POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSO
 - ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
 - PLACA INDICATIVA, MARCOS A RASTREAR
 - LIMITES A MATERIALIZAR
 - LEVANT. TOPOGRÁFICO DE RIOS OU ESTRADAS
 - RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
 - RODOVIA TRANSITÍVEL, O ANO TODO
 - RODOVIA TRANSITÍVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
 - RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
 - LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
 - LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA RIBEIRÃO SILVEIRA		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: BERTIOGA, SALESÓPOLIS E SÃO SEBASTIÃO		SUPERFÍCIE: 8.500 ha	PERÍMETRO: 45 km
ESTADO: SÃO PAULO		ESCALA: 1:75.000	DATA: 15/12/2000
AER: BAURU		PROCESSO:	BASE CARTOGRÁFICA: SF.23-Y-D-V-1
RESP. TÊC. DEFINIÇÃO LIMITES: CARLOS A. B. P. DOS SANTOS ANTROPOLOGO	RESP. TÊC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: SANDRA BARCELOS COELHO ENGENHEIRA AGRIMENSORA CREA Nº 66.724-D/MG	VISTO CHEFE DO DED: MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA Nº 64.889/D-SP	PORTARIA Nº: 687/PRES/2000

Figura 1: Mapa da área indígena do Ribeirão Silveira. fonte: FUNAI (2000).

Para realizar a parte técnica do manejo sustentável do palmito juçara foi assinado um contrato de prestação de serviços técnicos com o IDESC (Instituto de desenvolvimento sustentável e cidadania do Vale do Ribeira) Segundo a cartilha de Ribeiro *et al.* (2007), desenvolvida para a implantação deste projeto de reflorestamento do palmito juçara, as principais vantagens do manejo florestal sustentável são:

- Proporcionar uma alternativa viável às práticas destrutivas dos recursos naturais;
- Reduzir o impacto ambiental da exploração florestal;
- Conservar a capacidade das florestas de se regenerar;
- Preservar os habitats de vida silvestre para as futuras gerações e
- Garantir uma economia estável com ganhos de renda para as comunidades locais.

Para realização do manejo sustentável, foram feitas diversas reuniões entre os técnicos e as lideranças indígenas, para se ter um melhor entendimento no planejamento do manejo, para garantir a participação da maioria da aldeia e também para ter eficácia na execução do projeto.

A metodologia para execução do projeto nas reuniões iniciais tratou-se de uma solicitação dos técnicos para as lideranças indígenas do Ribeirão Silveira

para que fizessem um mapa da Terra Indígena dos Guaranis, indicando também os principais locais de ocorrência do palmito Juçara. Este mapa feito pelos líderes indígenas foi comparado com uma imagem aérea do local que os técnicos apresentaram e do qual foram surpreendidos com a tamanha precisão do mapa feito pelos indígenas.

Após essas primeiras reuniões, foi realizado o inventário florestal, uma técnica que foi usada para verificar a quantidade de palmeiras existente em toda a Terra Indígena, que para isso, foram determinadas algumas áreas espalhadas pela aldeia, para se fazer a contagem das palmeiras e assim, ter uma média aproximada do total de palmeiras em toda a área. Nas áreas delimitadas, as plantas foram medidas (altura e diâmetro), numeradas com placas e examinadas se são jovens, adultas ou plantas-mãe. (RIBEIRO *et al.*, 2007). O resultado do inventário está na tabela 2).

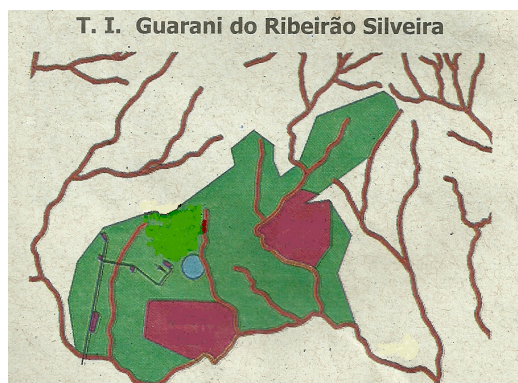
Logo em seguida, com os resultados obtidos do inventário (tabela 2), passou a ser realizada a elaboração do plano de recuperação e manejo. Com o auxílio dos mapas foram delimitadas as áreas de manejo, as áreas para a produção de sementes (pomar) e as áreas de corte (Figura 2).

Para finalmente, executar o repovoamento do palmito Juçara.

TABELA 2: Quadro comparativo da situação da Juçara

	T.I. Rib. Silveira	Legislação	Ambiente Natural
Plântulas / ha.	441	5.000	11.000
Matrizes / ha.	0	50	100
Adultos / há.	178	----	550

Fonte: (RIBEIRO *et al.*, 2007)



LEGENDA



Pomar de sementes

Limites



Áreas de Manejo

Figura 2: Mapa das áreas de manejo sustentável. Fonte: (ribeiro, r.j., et al. 2007).

O repovoamento do palmito pode ser feito de três formas diferentes, variando de acordo com o tipo de terreno, o tipo da mata e a finalidade do plantio. Pode ser feito, plantando as sementes a lanço, plantando as sementes em covetas e plantando as mudas.

Como mostra na figura 2, foram determinadas três áreas para realizar o manejo nas Terras Indígenas do Ribeirão Silveira, a área definida como "pomar de sementes" tem a finalidade de as sementes geradas pelas palmeiras serem a fonte de renda deste local, não sendo permitido o corte de nenhuma palmeira, apenas a retirada da polpa e a produção de mudas. Na área 1, foram plantadas a lanço, jogando aproximadamente 10 kg de semente por hectare e na área 2, plantadas em covetas com 3 centímetros de profundidade e com 1 metro de distância.

Fato muito importante foi o acordo estabelecido pela equipe técnica com os líderes indígenas em um controle no corte do palmito Juçara até que aumente o número de plantas, para isso foi feito um acordo com o restante da aldeia para que fora das áreas de manejo, são permitidos cortar por semana uma dúzia de "toletes" por família, e assim reduzindo, ou ao menos controlando o impacto na economia do palmito. Essa e mais outras regras foram estabelecidas.

Para se ter uma noção da importância do DAP (diâmetro a altura do peito) no rendimento do palmito em gramas o DEPRN (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais) usou uma pesquisa produzida pela Fundação Florestal de 1993 (Ver tabela 4).

Tabela 3: Resumo das regras para o manejo sustentável da palmeira juçara.

RESUMO DAS REGRAS DE MANEJO DO PALMITO JUÇARA NA TERRA INDÍGENA DE RIBEIRÃO SILVEIRA:
<u>Primeiro:</u> Cortar as plantas adultas de palmito Juçara com pelo menos 9 centímetros de DAP (diâmetro a altura do peito), as plantas mais finas não podem ser cortadas.
<u>Segundo:</u> Devemos deixar uma planta-mãe a cada mais ou menos 14 metros (total 50 plantas por hectare, bem distribuídas), para que posso produzir sementes e novas plantas.
<u>Terceiro:</u> Cada área de manejo deve ser dividida em cinco partes, assim todo ano podemos cortar uma parte e só voltar a cortar a mesma área depois de cinco anos. Esse tempo é importante para que as plantas novas possam crescer a chegar ao tamanho mínimo de corte.

Fonte: (RIBEIRO, R.J; eT al, 2007) .

Tabela 4: Rendimento em gramas do palmito através do DAP

Medida do DAP (em cm)	Produção Média de Palmito (gramas)
Até 4	20
4 a 6	70
6 a 8	113
8 a 10	176
10 a 12	376
12 a 14	554
14 a 16	730
16 a 18	996

Fonte: Fundação florestal (1993).

O DEPRN é o órgão responsável por todas as autorizações para realizar o manejo do palmito Juçara e a sua comercialização, segundo a resolução Nº. 16/94 da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

4. Resultados e discussão.

O Projeto Jeju atualmente é uma realidade para todos os Guaranis da Terra Indígena do Ribeirão Silveira. Segundo os próprios líderes do projeto, praticamente todos do povoado participam do projeto e são beneficiados por ele.

Além do reconhecimento através de prêmios, a sociedade de uma forma geral que habita nas mediações da reserva indígena, também reconhece o esforço de todo o povo Guarani na preservação do palmito Juçara e aos poucos foram perdendo a opinião negativa formada através dos anos sobre os índios, que

sempre eram relacionados a um povo sujo, mal vestido, que ficava nas estradas em busca de trocados pelos seus artesanatos e que por grande parte das pessoas, eram vistos como os principais predadores do palmito Juçara, já que sempre praticaram o corte do palmito de forma nunca planejada e sempre vendendo a preços muito abaixo do real valor da palmeira que foi cortada, sendo esta mudança de opinião um benefício gerado através do Projeto Jeju, sobre um aspecto social, que foi identificado pelos próprios indígenas quando foram questionados por nós, sobre os benefícios que o Projeto Jeju tem oferecido ao longo dos anos.

Além de perder o aspecto negativo formado sobre os índios, a sociedade do entorno das Terras Indígenas também é beneficiada com o aumento no número de turistas que vão para visitar a aldeia indígena e que aproveitam para visitar as cidades mais próximas, Bertioga e São Sebastião. O repovoamento do palmito Juçara atraiu de volta os animais silvestres e aumentou a beleza estética da reserva, além de garantir um

maior equilíbrio ambiental. O aumento do número de turistas também foi observado pelos próprios indígenas.

O Manejo sustentável realizado em 2007 dará seus frutos concretos entre 8 a 12 anos, a partir da data inicial da execução do projeto, tempo necessário para o crescimento mínimo das palmeiras para o corte, não sendo assim, possível já estipular a quantidade de palmitos atualmente nas Terras Indígenas e nem efetivamente executar o próprio manejo sustentável, que só poderá ser liberado pelo DEPRN após a sua avaliação.

Importante registrar o relato de Vando Karai um dos líderes do projeto em uma das nossas entrevistas, no qual ele fala sobre a liberação do manejo sustentável para o palmito Juçara emitido pelo DEPRN como sendo muito difícil para atingir as regras mínimas para conseguir a sua autorização. Assim, segundo os próprios indígenas, o objetivo para o cultivo do palmito Juçara é mais usado como fonte de renda através da venda de mudas, com o apoio das prefeituras e como alimentação, através da retirada da polpa para fazer o açaí, muito semelhante ao conhecido açaí da Amazônia. A palmeira do pupunha que chega a 45.000 plantadas atualmente nas terras indígenas (Alvim, M., 2010), substituiu a palmeira juçara para a extração do palmito, já que a autorização para o seu manejo não é tão rigorosa e o corte não mata a palmeira que diferente do Juçara, cresce em toçeras e o tempo de maturação do palmito pupunha é de no máximo dois anos, tendo assim o melhor custo/benefício para o consumo e a venda de palmitos.

Outro fator positivo no Projeto Jeju, é o modo de como é realizado para executar as tarefas do projeto, que acaba sendo sempre feita de maneira coletiva e com grande participação dos moradores da aldeia, que trabalham sem recompensas financeiras nos mutirões.

Portanto o Projeto Jeju trouxe com certeza, uma melhor qualidade de vida para todos os Guaranis e indiretamente para a sociedade do entorno de uma maneira geral, influenciando positivamente a parte social, a econômica, o turismo e dando uma grande colaboração para o equilíbrio ambiental.

5. Considerações finais

Atualmente, existem três viveiros que produzem mudas de palmito Juçara, Açaí, Açaí Anão e Pupunha. Segundo os próprios indígenas satisfeitos com o bem sucedido projeto que caminha bem após anos em execução, o Projeto Jeju – Fortaleza do Palmito Juçara, continua dando grande colaboração para a preservação da planta *Euterpe edulis* e para o equilíbrio ambiental, além de ser um exemplo na técnica de cultivo sustentável de diversas palmeiras para todos os interessados no assunto, inclusive, outras tribos.

Como a maior parte dos homens Guaranis adultos da Terra Indígena do Ribeirão Silveira já estão empenhados nos mutirões, no plantio de mudas e colaborando com o Projeto Jeju, questionado sobre quais eram as dificuldades que enfrentavam atualmente para executar o projeto e se já teriam pensado em outros projetos similares, Vando Karai dos Santos, fundador do projeto, em sua humildade, diz estar satisfeito e não tem dificuldades. E na sua sabedoria, já tem um projeto em mente e espera aproveitar o bom rendimento com o mercado de plantas ornamentais e investir na produção de bromélias e orquídeas e

incluindo as mulheres no cultivo dessas espécies e assim, abranger praticamente todos os índios Guaranis adultos, que conseqüentemente iram transmitir esses conhecimentos para as suas crianças.

Acreditamos que a iniciativa dos índios Guaranis da Terra Indígena do Ribeirão Silveira é um exemplo de simplicidade e respeito perante a natureza, ao se dedicar na preservação e no cultivo de uma palmeira como a Juçara, que tem um tempo mínimo para o seu corte de sete anos, tendo a consciência desta espera e a paciência para esperar, sentimento este que é tão raro nas relações da sociedade moderna atual e também, ressaltar o trabalho comunitário, sem qualquer tipo de recompensa financeira, oferecendo mais um exemplo deste povo indígena para todas as pessoas, que visitarem o Ribeirão Silveira, desde turistas até alunos e professores.

Esta iniciativa, o Projeto Jeju, colabora para fomentar a necessidade já identificada por Marreiro (2010) de "*promover situações que provoquem nos professores uma revisão dos seus paradigmas epistemológicos, de seus valores culturais, e da sua maneira de ser e estar no mundo físico e social.*"

Neste caso, não apenas para os professores, mas um exemplo para todos. Num momento onde a palavra sustentabilidade está tão em evidência, os povos indígenas deveriam ser mais vezes relacionados a este termo, já que o seu modo de vida histórico, sempre mostrou grande harmonia no relacionamento dos índios com a natureza, podendo desde os tempos mais remotos e atualmente, após o Projeto Jeju, serem definidos, como os verdadeiros Mestres da Sustentabilidade.

6. Conclusão

Analisando o impacto do Projeto Jeju identificamos os seguintes aspectos de sua atuação:

Aspectos sociais: o projeto proporciona um relacionamento mais próximo com os moradores vizinhos da terra indígena Ribeirão Silveira, no qual muitos conservavam uma opinião negativa dos índios que frequentemente eram vinculados como sendo um povo sujo e que vive as custas de esmolas na beira das estradas. Despertando interesse e admiração pela cultura Guarani ao presenciarem o esforço dos indígenas na preservação do meio ambiente.

Aspectos econômicos: atualmente a demanda que o Projeto Jeju proporciona é suficiente para promover a participação de todos os homens guaranis adultos do Ribeirão Silveira, sendo esta atividade a principal fonte de renda para todas as famílias. **Aspectos ambientais:** Além dos benefícios da palmeira Juçara para a floresta, assunto já explorado anteriormente neste mesmo artigo, é de fundamental importância relatar o aumento do número de turistas que também foi observado pelos próprios indígenas como sendo um dos benefícios do reflorestamento da palmeira Juçara, que promoveu o retorno de muitos animais que se alimentam dos seus frutos. Sendo o turismo um aspecto econômico também.

Aspectos culturais: A mão-de-obra do Projeto Jeju é realizada pelos próprios índios guaranis em um sistema de mutirões, o que evidencia uma característica da cultura indígena, que é o trabalho coletivo sem nenhuma forma de remuneração financeira. Comportamento este, muito diferente das relações da sociedade moderna e que valoriza a solidariedade e o trabalho em equipe.

7. Referências bibliográficas

- REIS, M.S.; CONTE, R.; FANTINI, A.C.; GUERRA, M.P. Extra-tivismo e manejo de populações naturais do palmito (Euterpe Edulis Martius). São Paulo, 2003.
- MAY, P. H. & Trovatto, C. M. M. Manual agroflorestal para a Mata Atlântica. Brasil, 2008.
- LOTTA, G. S.; Barboza, H. B.; Teixeira, M. A. C.; Pinto, V. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. 2003.
- ALVIM, M. Manejo sustentável: Uma questão de sobrevivência. 2010.
- BARROSO, R.M.; REIS, A.; HANAZAKI, N. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira Juçara (Euterpe Edulis Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. 2010.
- REIS, A. Dispersão de sementes de Euterpe edulis Martius - (Palmae) em uma floresta ombrófila densa Montana da Encosta Atlântica em Blumenau-SC. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo 1995.
- PEREIRA L.B. (2000). A economicidade do palmito (Euterpe edulis Martius) sob manejo em regime de rendimento sustentado. Sellowia. 2000.
- MARREIRO, D.L.; DUMARCO, M.D.C.B.; Educação ambiental – Um caminho para a sustentabilidade. Revista Ceciliana Dez 2(2): 73-76, 2010.
- RIBEIRO, R.J.; OLIVEIRA, C.R.; NOGUEIRA, D.M.; Cartilha: O Manejo sustentável do Juçara na Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira. São Paulo: Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, 2007.
- LAPS, R. R. Frugivoria e dispersão de sementes (Euterpe Edulis Martius, Arecaceae) na Mata Atlântica, sul do estado de São Paulo. Campinas, 1996.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/indio/numeros.html> - Acesso em 11/11/11.
- FUNAI (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO). Índios do Brasil. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/> Acesso em 11/11/11.
- AMBIENTE BRASIL. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/artigos/palmito_jucara.html - Acesso em: 11/11/11.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/planos/manejo/PECarlosBotelho/1VolumePrincipal/1.1VolumePrincipalCompleto.pdf>. Acesso em: 14/11/2011